

Quanto pode crescer uma economia vulnerável?

NÃO BASTA QUERER O CRESCIMENTO, É PRECISO CONHECER OS LIMITES E TRATAR DE ROMPÊ-LOS

ROLF KUNTZ

Tem faltado uma pergunta no debate político sobre o crescimento: quanto pode expandir-se a economia brasileira, e por quanto tempo, sem afundar numa nova crise? Há quem aponte um limite anual próximo de 3%, até 2003, exceto se duas condições forem cumpridas. A exportação deve crescer uns 10% ao ano e parte da importação tem de ser substituída por produção nacional. A isso pode acrescentar-se uma exigência implícita: nenhum desastre fiscal deve ocorrer nesse período, ou a aventura nem começará ou terminará em pouquíssimo tempo, com crise externa e pressão inflacionária por todo lado. Observadas essas condições, o Produto Interno Bruto (PIB) poderá aumentar mais velozmente e será mais fácil criar empregos.

A limitação mais visível está no balanço de pagamentos. O Brasil precisará no próximo ano de US\$ 44,16 bilhões para fechar as contas externas, de acordo com estimativas do Banco Central. Será preciso amortizar débitos no valor de US\$ 22,22 bilhões e pagar US\$ 16,17 bilhões de juros. Somando-se outros itens da conta de serviços, haverá um buraco de US\$ 21,94 bilhões nas transações correntes. Há algum otimismo nesta estimativa, porque nela se embute a previsão de um superávit comercial de US\$ 7 bilhões (a balança de comércio é um dos itens das transações correntes).

Neste ano, o investimento direto tem sido suficiente para cobrir a maior parte do buraco. Isso torna dispensável maior endividamento externo. Mas o investimento também gera compromissos.

Quem remete dólares ao Brasil, para investir numa empresa, espera receber dividendos. É preciso, portanto, incluir a remessa de lucros no passivo externo do País.

A expansão econômica só será sustentável se o País puder pagar, no prazo certo, os compromissos criados pelo financiamento externo, isto é, pelos empréstimos e pelos investimentos. Além disso, naturalmente, o Brasil terá de ser capaz de continuar importando o necessário a uma economia em crescimento.

Os economistas da LCA Consultores, de São Paulo, construíram hipóteses para as contas externas até 2003. No cenário básico, o saldo comercial aumenta de US\$ 4,8 bilhões no próximo ano para US\$ 12,7 bilhões em 2003. O déficit em transações correntes diminui de 4,1% do PIB no ano 2000 para 3,3% no fim do período. Mas o passivo externo líquido (passivo total menos reservas e outros ativos no exterior) cresce de 63% do PIB em 1999 para 73,5% em 2003. A vulnerabilidade continuará, portanto, muito elevada.

Voluntarismo não basta, mercado, também não. E um bom planejamento?

Nessa hipótese, admite-se uma recuperação modesta dos preços das commodities. A receita de exportações, estimada em US\$ 49,5 bilhões em 1999, cresce em média 9,78% ao ano até 2003. O valor importado aumenta muito menos, 4,63% ao ano. Para este cálculo admitiu-se mais uma condição favorável: o crescimento da economia continuará a puxar as importações, mas em proporção menor que a observada nos últimos anos. No jargão técnico, deverá diminuir a elasticidade-renda das importações.

Para isto será necessário substituir parte dos bens estrangeiros

por produtos nacionais.

Este efeito começou a ocorrer há alguns meses, por causa da mudança cambial e do encarecimento dos produtos importados. O sistema de preços voltou a estimular a substituição de importações. Esta expressão provocou manifestações de horror, em Brasília, durante os primeiros anos do governo de Fernando Henrique Cardoso. Tem sido novamente aceita em meios economicamente corretos, graças, em parte, a idéias discutidas na Câmara de Comércio Exterior (Camex). Se a mudança continuar, até o presidente FHC acabará usando, na presença de senhoras, expressões escandalosas como substituição de importações e política industrial. Falta saber se o novo ministro do Desenvolvimento, Alcides Tapias, estará disposto a contribuir para reabilitar, em Brasília, essa linguagem banida durante a maior parte dos anos 90.

O governo reconhece a restrição externa, embora essa noção raramente apareça nas falas oficiais. O presidente apenas tocou no assunto, discretamente, quando apresentou as metas de crescimento econômico do Plano Plurianual (PPA): 4% no próximo ano, 4,5% em 2001 e 5% em cada um dos dois anos seguintes. O resumo distribuído apenas menciona o compromisso de continuar financiando os exportadores, para garantir uma receita próxima de US\$ 100 bilhões até 2002.

No entanto, a limitação imposta pelo balanço de pagamentos deveria ser familiar aos brasileiros – pelo menos àqueles dotados de memória e de alguma informação.

Um dos trabalhos mais interessantes sobre o assunto foi publicado há pouco mais de 30 anos, em 1967, pelo professor Isaac Kerstenetzky, da Fundação Getúlio Vargas. A economia brasileira estava saindo de uma recessão e de um duro ajuste e ele procurou es-

timar, a partir daquele cenário, qual seria o limite mais estreito ao crescimento. Resposta: contas externas. Em 1968 as exportações começaram a crescer mais velozmente, facilitadas pelo câmbio flutuante e por uma bateria de incentivos. O estudo de Kerstenetzky ficou praticamente esquecido por vários anos – mas ele estava certo.

A expansão econômica, a partir de 1968, exigiria uma importação crescente de insumos básicos e de bens de capital. Isso levaria a um estrangulamento, mesmo sem a crise do petróleo em 1973. O 2.º Plano Nacional de Desenvolvimento, no governo Geisel, foi principalmente uma resposta a esse tipo de restrição. No final do governo anterior, o BNDE havia iniciado uma política de apoio à produção de insumos básicos.

Seria provavelmente irrealista, muito caro e economicamente injusto reproduzir as políticas industriais dos anos 60 e 70. Mas num ponto, pelo menos, a experiência dos anos 90, no Brasil e na Argentina, justifica um reexame do velho planejamento: a abertura é útil e a estabilidade é preciosa, mas são insuficientes, ambas, para provocar as mudanças necessárias na estrutura produtiva.

A atual crise brasileira resultou, em grande parte, da combinação de dois fatores: a confiança quase religiosa nos poderes do mercado e a dependência excessiva do financiamento externo. Se mais economistas se ocupassem um pouco mais com a economia real, e um pouco menos com finanças, o debate brasileiro poderia ser muito mais claro e mais útil. Não se perderia tanto tempo com essa bobagem de “desenvolvimentistas versus monetaristas”. A localização do buraco é outra.

■ Rolf Kuntz é jornalista